

NÚBIA RODRIGUES (UFBA)
CARLOS CAROSO (UFBA)

QUANDO OS TURISTAS CHEGARAM...

XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum
de Pesquisa 21: "Antropologia e Turismo".

BRASÍLIA

Julho de 2000

RESUMO

A expansão do turismo litorâneo em anos recentes vem contribuindo significativamente para a dinamização dos processos sócio-culturais e econômicos locais, com impactos nem sempre positivos sobre os modos de vida tradicionais. No presente artigo examinamos e comparamos as consequências destas atividades em áreas do Litoral Norte e Litoral Sul da Bahia, com ênfase nos conflitos entre os interesses reais das populações tradicionalmente estabelecidas e as propostas de desenvolvimento turístico, agora renovado sob o rótulo de “turismo sustentado”. Questionamos como este conflito se reflete sobre as condições de vida e identidades culturais das populações envolvidas, e de que maneira a introdução de novos atores sociais na cena, tais como turistas e aqueles que são atraídos pelas possibilidades de obter empregos ou oportunidades de negócios relacionados ao turismo se reflete sobre os residentes tradicionais, como resultado das novas ordens econômica e social que vêm se estabelecendo em comunidades selecionadas.

Palavras chave: desenvolvimento econômico, turismo, população, sustentabilidade

INTRODUÇÃO

Sustentabilidade tornou-se a pedra toque dos discursos desenvolvimentistas da década de 1990, como resultado do apossamento do discurso da militância ecológica. Ganhou espaço entre os formuladores de políticas públicas ambientais “ecologicamente corretas”. Da mesma forma, foi incorporado por empreendedores e empresários, esses ávidos por participar de processos de desenvolvimento econômico e ambiental. Esses projetos destinam-se a uma clientela, que crescentemente se tornou exigente com relação às formas de ocupação e uso dos espaços de recreação, voltando suas demandas para a compreensão dos seus significados como patrimônio natural, social e histórico-cultural.

No presente artigo examinamos e comparamos as consequências dessa nova postura em áreas do Litoral Norte da Bahia, com ênfase na emergência de conflitos entre os interesses reais das populações tradicionalmente estabelecidas nessas áreas e as propostas de desenvolvimento turístico, agora renovado sob o rótulo de “turismo sustentado” como parte de estratégias do estado para estimular a economia e modernizar áreas até então situadas periféricamente.

Questionamos, por um lado, como se dá o reflexo desse conflito sobre as condições de vida e identidades culturais das populações envolvidas. Por outro, examinamos também as consequências da introdução de novos atores sociais na cena (isto é, turistas e negociantes), sobre a vida dos residentes tradicionais, como resultado das novas ordens econômica e social que vêm se estabelecendo em algumas comunidades.

Questionando a idéia de “turismo sustentável”, levantamos alguns problemas contemporâneos relacionados aos impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais do desenvolvimento turístico induzido sobre populações locais. Aqui tomamos o caso do denominado Litoral Norte da Bahia, à luz dos deslocamentos populacionais e das identidades culturais. Assim é que, buscamos estabelecer parâmetros

que permitam comparar estes impactos àqueles que geralmente ocorrem como resultado da implantação de outros grandes projetos de desenvolvimento, tais como construção de barragens para geração de energia, abastecimento de água, irrigação; implantação de indústrias; auto-estradas etc. Busca-se, contudo, refletir sobre as especificidades da atividade turística, que equivocadamente é considerada como não causadora de agressões aos recursos naturais e histórico-culturais.

A primeira questão está relacionada às próprias características das atividades turísticas. O turismo não gera energia ou bens tangíveis, mas fluxo de rendas para comerciantes, proprietários de hotéis, agentes de viagem, transportadores aéreos e terrestres, animadores e, para o Estado em todos os seus níveis, na forma de impostos e entrada de moedas, tornando seus impactos muito mais diluídos e de difícil mensuração das suas conseqüências sobre o total da população afetada. A segunda questão, que deriva da afirmação prévia sobre as características e resultados do turismo, refere-se especificamente aos ganhos e perdas reais do pólo receptor dos fluxos turísticos. Isso nos conduz a levantar dois questionamentos: o primeiro, com relação à natureza dos ganhos e/ou perdas; o segundo, com relação a quem realmente se beneficia e/ou perde em decorrência desta atividade.

As duas questões anteriores constituem o eixo central da nossa análise, cujo recorte permite examinar as conseqüências do desenvolvimento do turismo no Litoral Norte da Bahia, no que se refere aos conflitos entre os interesses reais das populações locais tradicionalmente estabelecidas, e as propostas de desenvolvimento turístico, renovado sob o rótulo de “turismo sustentado”. No presente artigo questionamos como este conflito se reflete sobre as identidades culturais das populações envolvidas.

TURISMO COMO AGENTE DE MUDANÇA

Grande número de estudos sobre desenvolvimento e empobrecimento refere-se a populações que foram forçosamente relocadas para áreas completamente novas, como resultado de projetos de desenvolvimento, envolvendo barragens, auto-estradas e indústrias. Nesta mesma linha de desenvolvimento induzido e empobrecimento, os efeitos da expansão do turismo de massa sobre as populações nativas ainda estão por ser apropriadamente avaliados.

A maioria dos estudos antropológicos sobre o turismo examina os impactos sociais, culturais ou econômicos causados pelos turistas ou pela indústria do turismo nas comunidades receptoras (Oliver-Smith et alii, 1989; Greenwood, 1972 & 1977; Peck e Lepie, 1977). Esses estudos aprofundam-se a ponto de incluírem análise dos impactos na subjetividade interpessoal das populações afetadas (Pi Sunyer, 1977). Contudo, freqüentemente omitem considerações sobre os deslocamentos e relocações das populações, causados por estes impactos, além das perdas no que se refere a propriedades, acesso a recursos naturais e empregos tradicionais. Neste sentido, analisar a questão por este ponto de vista constitui uma das principais preocupações neste artigo.

Em diferentes contextos, onde as atividades turísticas vêm se expandindo e se tornando um importante fator de mudança econômica, social e cultural, é possível observar padrões recorrentes de deslocamento populacional, causados pela valorização imobiliária, bem como pela privatização e controle de recursos de uso comum previamente existentes. Ressaltamos que este deslocamento populacional é também situacional, pois, na maioria das vezes, se verifica dentro dos limites da área de habitação prévia ao avanço da atividade turística.

O turismo doméstico e, especialmente, o turismo de massa internacional, tornaram-se populares nos países da Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão durante os anos sessenta e setenta. Recentemente, esta atividade vem se tornando realidade para outros habitantes do planeta e atingindo as populações da América do Sul, África e outras partes do globo, elevando-os à nova condição de viajantes, e, não apenas receptores de turistas, como eram no passado. Conseqüentemente, a atividade turística vem atingindo as mais remotas populações, particularmente aquelas que se encontravam fora dos fluxos do desenvolvimento global, que são, não raro, elas próprias transformadas em atrações turísticas, em vista da sua aparência "exótica", em relação aos valores dominantes num mundo crescentemente globalizado, que busca recreação, lazer, entretenimento, aprendizado etc., através de viagens (Shaw e Williams, 1994; Lea 1993).

Algumas formas de turismo tendem a transplantar as amenidades ocidentais para as mais remotas áreas do mundo, afetando profundamente e deslocando as populações previamente existentes nestes locais, as quais, não raro, experimentam grandes perdas iniciais (Murphy, 1995), até que seus membros possam ser

adequadamente assimilados pelo mercado de trabalho turístico. Este mercado, além da sazonalidade, está sujeito a profundas flutuações, em vistas de outros fatores fora do seu controle imediato (instabilidade econômica, política e social, violência e criminalidade, epidemias, guerras, insurreições, acidentes ambientais, fatores climáticos etc.).

Diversamente de outras formas de deslocamentos populacionais involuntários, o turismo, tanto o doméstico quanto o internacional, que pode ser representado pelo turismo étnico, turismo cultural, turismo histórico, turismo ambiental/ecológico, ou turismo recreativo (Smith, 1977 & 1989), age de maneira silenciosa, expandindo-se sobre os espaços preferidos da população, a cultura, as tradições, as propriedades, o trabalho e a própria vontade dos povos nativos, que são atraídos e seduzidos pelos modos de vida modernos e aparentemente afluentes, exibidos pelos visitantes.

Esta forma de expansão sobre os espaços, meios de produção, estruturas sociais, cultura e sobre a própria subjetividade das pessoas, caracteriza uma forma disfarçada de deslocamento. Seus maiores efeitos podem ser observados sobre a vida das populações tradicionais, através da crescente mudança social e econômica e da imposição de padrões de modernidade que, geralmente, não podem ser adotados e seguidos pelas pessoas residentes nos locais afetados pelo turismo. No plano subjetivo, o deslocamento sócio-psicológico freqüentemente decorre da perda das muitas referências culturais tradicionais, sem que sejam substituídas por outras, fato que pode acarretar severas implicações para o bem estar social, psicológico e mental dos indivíduos e comunidades afetadas (Caroso & Rodrigues, 1996, Murphy, 1995).

DOIS PROCESSOS COMPARADOS

Os processos ocorridos no Litoral Sul e Litoral Norte da Bahia, também denominados respectivamente Costa do Descobrimento e Costa dos Coqueiros, podem ser comparados nas suas diversidade e semelhança. O turismo no Litoral Sul tem como centro de ocorrências Porto Seguro que, além das belezas naturais, tem como seu principal atrativo a condição de ser o primeiro porto oficial de colonizadores europeus no Brasil. Os acontecimentos recentes envolvendo Porto Seguro e os “500 Anos do Descobrimento”, serão objeto de uma análise futura.

O LITORAL NORTE DA BAHIA

O litoral norte da Bahia, ao longo de quase de duzentos quilômetros da costa, está administrativamente dividido em seis municípios: Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra. Existem cerca de quinze vilas pesqueiras pouco populosas, que lentamente começam a sofrer os efeitos da construção de estradas, instalação de indústrias, cultivo de eucalipto e pinus pra fins industriais e pelo turismo. Todos estes fatos vieram juntos com e foram conseqüência da melhoria dos meios de acesso e da construção da estrada costeira, no início da década de setenta (Kottak, 1992)ⁱ, e sua expansão e conclusão no início da década de noventa.

Até meados do presente século, a comunicação entre as populações do litoral era limitada às vilas mais próximas, através de padrões de relacionamento que envolvem amizade, casamento e relações de parentesco. Vale notar que muitos dentre os habitantes destas vilas costeiras, até bem recentemente, nunca tinham visitado as localidades mais próximas, ou seus mercados semanais, tais como os de Conde e Palame, distantes cerca de seis quilômetros da costa. Essas pessoas preferiam manter suas relações comerciais e buscar serviços de consumo coletivo nas cidades interiores de Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e, por vezes, em cidades do vizinho Estado de Sergipe.

A dificuldade de acesso pode ser uma explicação razoável para este fato, uma vez que não existiam estradas interligando as localidades situadas ao longo da costa. Além disso, também se deveu ao desaparecimento das comunicações marítima através de barcos, ocorrida após a construção da estrada interestadual do interior no início da década de cinquenta, que se situa cerca de sessenta quilômetros de distância ao longo da costa. Esta estrada interligou as cidades interiores, sendo abertos acessos para as vilas costeiras, que passaram a suprir seus mercados de peixe e outros produtos do mar e água doce, além de efetuarem todo o transporte dos seus produtos por terra.

As principais fontes de rendimentos monetários entre as antigas populações do Litoral Norte incluem a agricultura, a pecuária bovina, a pesca e pequena produção doméstica, entre elas o artesanato em palha. Recentemente, as pessoas têm tentado se

ajustar às mudanças ocorridas como resultado da intensificação dos fluxos de turistas para a área, passando a desenvolver novas atividades, sobretudo ligadas ao comércio e a oferta de serviços.

O ajuste a estas mudanças freqüentemente tem resultado em alguma forma de deslocamento, seja físico, tal como a mudança dos antigos locais de residência, seja social e psicológico, causado pelo empobrecimento e descenso social de parte das populações tradicionais, como consequência do aumento da competição pelo controle dos recursos disponíveis através do desenvolvimento induzido do turismo itinerante e do turismo residencial (Oliver-Smith et ali, 1989).

A construção da estrada costeira, Estrada do Coco, em 1972, e Linha Verdeⁱⁱ, em 1993, causou mudanças em todas as localidades ao longo de sua extensão. Os resultados foram não apenas a integração das populações tradicionais aos grandes centros urbanos, por exemplo, Salvador, como também permitiu a intensificação da circulação de pessoas entre os diversos núcleos urbanos litorâneos. Contudo, é importante notar, que os motivos para a construção destas rodovias de acesso foram, sobretudo, para atender à demanda por espaços de lazer e turismo, que vem crescentemente se expandindo naquela direção, criando oportunidades para a implantação de infra-estrutura que melhor atenda às suas necessidades, aliada à busca de novas formas de investimento econômico (Caroso, 1994).

As características peculiares do complexo ambiental costeiro, largamente constituído do mar, praias, rios, manguezais, dunas, coqueirais e lagoas internas de água doce, constituem atrações ímpares para os turistas. Várias formas de pesca e coleta são as atividades mais relevantes para as populações locais, exemplificadas pela pesca marítima e em águas interiores, cata de caranguejo e vários tipos de crustáceos, nos manguezais. A pesca e coleta de ovos de tartarugas e a caça à baleia, que no passado constituíram atividades de grande importância, são hoje proibidas por lei e sob controle governamental.

Da história recente dessa área, duas fases de desenvolvimento turístico podem ser distinguidas. A primeira teve início no começo da década de setenta, com a construção do primeiro segmento da estrada costeira, que deu acesso a algumas vilas tradicionalmente agrícolas e pesqueiras ao longo da costa próxima a Salvador, tais como Abrantes, Arembepe, Jauá, Itacimirim e Praia do Forte etc. A segunda iniciou-se na

presente década, como resultado da extensão da rodovia costeira até o extremo norte do Estado, que desde sua conclusão em 1994, incorporou as vilas remanescentes ao sistema de transporte rodoviário costeiro, permitindo acesso fácil e rápido a estas áreas e às suas populações, a partir de Praia do Forte até Mangue Seco.

PRIMEIRA FASE DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A partir do início da década de setenta, o governo estadual desenvolveu projetos para induzir o desenvolvimento turístico da área. Além da construção de rodovias, foram também incentivados o estabelecimento de hotéis e outros serviços voltados para o turismo, dando início ao que chamamos primeira fase do desenvolvimento turístico induzido no Litoral Norte.

A consequência mais imediata da construção da primeira etapa da estrada costeira, que ora se encontra concluída, foi o incentivo ao turismo local. Os turistas de então eram principalmente os **veranistas**, que largamente influenciaram os preços das terras, casas e bens de consumo nas vilas costeiras. A valorização dos imóveis encorajou os proprietários a venderem suas terras, bem como alugar ou vender suas casas, levando-os a sair dos locais em que viveram por toda a vida, para viverem em condições potencialmente insatisfatórias e inferiores às que tinham anteriormente.

Em alguns locais afetados pela primeira explosão turística, parte significativa da população tradicional perdeu moradia e tornou-se empobrecida. Alguns, num primeiro momento, foram abrigados em habitações construídas sob patrocínio dos poderes públicos, geralmente compostas por pequenas casas, com paredes de cimento e cobertura de telhas de folhas de flandres ou asbestos, ou lote residencial, para os que não obtiveram uma casa pronta. Exemplos deste tipo são encontráveis Arembepe, município de Camaçari, onde até mesmo as áreas úmidas, mais afastadas do centro do povoado, foram aterradas para dar lugar a residências, tanto de turistas quanto de nativos deslocados. Nesse caso, ainda há que se considerar o prejuízo ecológico provocado pela ocupação indevida das áreas úmidas.

Os novos assentamentos em geral são distantes dos locais de trabalho e dos equipamentos de uso coletivo, tais como escolas, serviços médicos, abastecimento de

água e mercados, próximos a estradas, o que freqüentemente aumenta o risco para adultos e crianças, na sua perambulação diária, em busca do preenchimento das suas necessidades.

Na primeira fase do desenvolvimento turístico induzido no Litoral Norte, não apenas a população teve seu padrão de vida rebaixado, em consequência do deslocamento físico, como também número significativo de pescadores perdeu o controle dos barcos de pesca, devido à introdução de outros de maior porte que exigiam maiores investimentos de capital que eles não dispunham. A competição pela pesca em águas locais com os novos barcos foi, em grande medida, responsável pelo deslocamento dos barcos de menor porte e das jangadas, cujas jornadas são limitadas e não dispõem de capacidade de estocagem a frio. Os barcos de grande porte, mais competitivos, geralmente pertencem a pessoas de fora da comunidade, ou a pessoas locais que adquiriram capital em outras áreas, e findam por absorver a força de trabalho dos pescadores locais, provocando alterações importantes na estrutura de empregos. Muitos pescadores que, no passado, eram proprietários de barco, os perderam como resultado da acirrada e desigual competição. Eles passaram, portanto, à condição de trabalhadores assalariados, cujos rendimentos dependem basicamente de sua produtividade pesqueira. A diminuição das jangadas, cujo alcance de pesca é muito limitado, vem se processando muito rapidamente, como forma de ajustamento às novas condições. Em futuro muito próximo isto poderá significar seu desaparecimento como instrumento de produção pesqueira.

Parece claro que na primeira fase de desenvolvimento turístico induzido, os custos sociais para a população foram mais altos que os ganhos representados pelas novas oportunidades de emprego ou benefícios sociais, tais como educação, saúde etc. A maioria dos empregos oferecidos na área foi no setor de construção civil, excluindo parte da força de trabalho existente especializada em pesca, agricultura e atividades relacionadas, fato que tornou necessário importar trabalhadores, para atender à demanda. Outras oportunidades surgiram nos serviços domésticos e de vigilância, em casas de veraneio (serviços de caseiros e vigilância), muito embora tais oportunidades fossem reduzidas, assim como eram baixos os salários oferecidos.

SEGUNDA FASE DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A SEGUNDA FASE do desenvolvimento turístico induzido no litoral norte teve início com a complementação da BA-099, com especial ênfase nos aspectos turísticos, ligando a Estrada do Coco ao Estado de Sergipe, dando, assim, acesso às vilas costeiras que até então preponderantemente experimentavam fluxos de turismo local, com limitados impactos sobre as populações residentes, comparado ao que posteriormente viria a ocorrer.

Diversamente da PRIMEIRA FASE do desenvolvimento turístico que carecia de grande infra-estrutura e planejamento governamental, a SEGUNDA FASE vem ocorrendo a partir de certo nível de planejamento, incluindo a regulamentação do uso e conservação da área costeira, e incentivos massivos para investimento em turismo, que vem tendo rápida resposta do setor empresarial privado. Em nenhuma das duas fases, entretanto, as populações locais tradicionais foram consideradas como parte componente do ambiente total.

A infra-estrutura destinada ao turismo, a ser implantada pelos poderes públicos, tais como estradas, telecomunicações, eletricidade, distribuição de água tratada, etc., deverá ser financiada por recursos internacionais. Por exemplo, cerca de 200 milhões de dólares norte americanos serão investidos para implantação do Complexo Turístico Praia do Forte-Sauípe (BAHIATURSA, 1992).

O setor privado vem respondendo com planos de investimentos futuros. Em apenas um projeto de *resort* turístico, planeja-se investir cifras superiores a um bilhão de dólares nos próximos quinze anos, na construção de complexos hoteleiros, marina, campos de golfe e parques temáticos, criando aproximadamente 28.000 empregos diretos para sua operação plena. É importante notar que a população das vilas próximas ao local onde deverá ser implantado o projeto, não ultrapassa 5.000 pessoas, carentes de treinamento profissional que as permita preencher as demandas pelo trabalho especializado que deverá surgir. Conseqüentemente, a maioria dos trabalhadores especializados e semi-especializados deverá ser trazida de fora da área, excluindo as populações locais. É relevante registrar que este é apenas um, dentre os muitos projetos menos ambiciosos, na ocupação de mais de cem quilômetros do Litoral Norte atingidos pela Linha Verde.

Enquanto os projetos de desenvolvimento turísticos são elaborados pelos futuros investidores, a ocupação turística espontânea e semi-dirigida vem sendo acelerada, como resultado da facilidade de acesso oferecida pelas estradas recentemente construídas, afetando as populações tradicionais temporariamente ou permanentemente deslocadas. Os deslocamentos acontecem sobretudo de duas maneiras: as casas são alugadas e seus moradores mudam para residências de parentes ou para pequenas casas construídas no fundo das residências originais, comumente referidas como "puxados"ⁱⁱⁱⁱ, que apresentam condições precárias de habitação. Em outros casos, o deslocamento se processa através da construção de casas, de qualidade inferior, em áreas marginais, portanto menos valorizadas, para residência temporária ou permanente. No caso de residência permanente, a casa original, que aos poucos sofreu melhorias, melhor localizada, com relação às zonas mais valorizadas, poderá ser vendida em consequência das pressões de mercado. Os preços oferecidos pelos imóveis atingem níveis bastante elevados tanto para aluguel, quanto para venda, especialmente nos meses de grande afluxo de turistas (dezembro a março).

A principal razão para este comportamento, por parte dos antigos residentes, é a necessidade de ter dinheiro para manter o padrão de vida e consumo gerados pela nova ordem social e econômica, que lhes impõe mudança nos hábitos. A maior demanda por alimentos provenientes das fontes tradicionais, na alta estação, geralmente resulta em aumento de preço e empobrecimento na qualidade da dieta das populações locais. Alimentos anteriormente produzidos localmente são substituídos por outros adquiridos no mercado, tanto em decorrência das altas demandas, quanto do aumento dos preços, maiores valorização e competição no mercado.

Outras formas de entrada de dinheiro se dão através da obtenção de empregos assalariados e estabelecimento de negócios próprios. Ambos, contudo, estão vinculados ao crescimento sazonal da oferta de empregos e de oportunidades comerciais relacionadas ao turismo. Por outro lado, além de novos visitantes, a atividade turística tem atraído novos agentes econômicos, que vêm de várias partes para investir nos negócios relacionados ao turismo durante os meses de verão. Isto pode ser exemplificado, entre outros, pela localidade de Sítio do Conde, onde no verão de 1995, foi instalada uma filial de um dos mais famosos restaurantes de comidas típicas de Salvador, que durou apenas um verão.

A pesca não planejada e sem controle vem se tornando um dos maiores problemas para as comunidades do Litoral Norte. Em vista da alta demanda e dos preços compensadores, a extração intensa de peixes, camarão, lagosta e outros crustáceos, não raro em desrespeito aos períodos de defeso, tem afetado a recomposição dos estoques. Nota-se que a regulamentação da pesca não vem sendo observada, no que se refere à proteção à reprodução das espécies, em decorrência da alta competitividade entre os barcos pesqueiros. Vale mais uma vez ressaltar que grande parte destes barcos pertence a pessoas de fora da área atraídas para estes locais em virtude do crescimento das oportunidades e facilidades presentes, mas que não detém conhecimento suficiente sobre pesca ou a tradição pesqueira da área.

Aliado a isso, as novas regras do mercado de trabalho prevêem contratos de participação assalariada, nos quais os antigos pescadores entram com sua força e demais instrumentos de trabalho, tais como anzóis, linha etc., sendo que o proprietário do barco fornece o combustível, o gelo e a comida utilizados durante a estadia em alto mar.

À primeira vista, este tipo de contrato de participação beneficiaria o pescador, uma vez que os maiores custos da atividade pesqueira de grande porte, tais como alimentação dos trabalhadores, manutenção do barco e conservação do pescado, são de responsabilidade do proprietário do barco. Entretanto, os pescadores são obrigados a vender o pescado ao proprietário do barco, por preços abaixo daqueles praticados no mercado, exceto pelo produto destinado ao autoconsumo.

FASES DO TURISMO COMPARADAS

Nesta SEGUNDA FASE do desenvolvimento turístico induzido, a ênfase tem sido na instalação de grandes *resorts* turísticos, sendo que alguns projetos estão em andamento. Na PRIMEIRA FASE, a maioria dos investimentos, além de se verificar em caráter descontínuo, era de pequeno porte, com exceção ao conjunto de Praia do Forte, no qual uma fundação privada tem direcionado a ocupação da área, observando um plano diretor cuidadosamente elaborado, tornando o local um dos atraentes *resorts* turísticos no Brasil.

Aparentemente, nesse projeto administrativo implementado em Praia do Forte há uma consideração no que se refere à preservação da paisagem e "clima pitoresco" do povoado, seja a partir da preservação das fachadas das antigas casas, seja a partir da regulamentação rigorosa para a construção de novas edificações, dentro de padrões estabelecidos pelos administradores (um dos primeiros impactos percebidos em outros povoados, é do ponto de vista visual-arquitetônico, devido às alterações drásticas nos padrões de construção, que passam a ser influenciados por modelos considerados mais "modernos" e "urbanos"). Há ainda a preocupação com questões ambientais, o que não se verifica em outras localidades do Litoral Norte.

Entretanto, esse projeto, que vem sendo idealizado e dirigido por uma única pessoa, e que poderia ser considerado modelo a ser seguido em outras localidades, traz implicações sérias no que se refere ao lugar da população tradicional neste processo.

Assim, é que, a população foi deslocada das residências e terras em que viveu e trabalhou por toda sua existência. Seu acesso aos recursos naturais existentes, tais como lenha, água e caça foi drasticamente limitado ou totalmente retirado/proibido. Grande parte dos habitantes de Praia do Forte tornou-se inquilina da fundação privada, que lhes aluga as mesmas casas, outrora, por eles construídas e foram proprietários. Além da perda da propriedade, por causa dos empreendimentos turísticos, os moradores de Praia do Forte tiveram suas características e tradições culturais (danças, rituais religiosos, artes e artesanato) transformados em comodidades para o consumo de turistas brasileiros e estrangeiros. Além disso, são proibidos de usar as áreas de perambulação e os recursos naturais da maneira que sempre usaram. Por outro lado, as mudanças ambientais, tanto naturais quanto artificialmente provocadas, afetaram recursos tradicionalmente disponíveis. Além disso, outros elementos foram incorporados no ambiente local, entre eles, alguns indesejáveis e temidos pela população. Para os moradores da área, o reflorestamento com eucalipto e a introdução de espécies de peixes como o tucunaré, provocaram desequilíbrio sobre as matas nativas, no primeiro caso, e sobre as espécies anteriormente existentes no sistema lacunar costeiro, no segundo caso.

No contexto atual, a atividade turística tem sido um meio importante para se compreender a mudança sócio-cultural que envolve deslocamento social, cultural, econômico e psicológico das populações pesqueiras tradicionais, nem sempre claramente definida. O deslocamento disfarçado pode ser ilustrado, entre outras formas, pelas dificuldades impostas às novas gerações em obter suas próprias casas e constituir família, devido aos altos preços no setor imobiliário. A migração e a busca de empregos fora da área são muitas vezes as alternativas mais imediatas para as camadas mais jovens da população. Os principais fatores são justamente a sazonalidade e instabilidade dos empregos locais, resultantes da flutuação da intensidade dos negócios, entre a alta

estação, durante o verão, quando o turismo atinge seu ápice, para a baixa estação, nos meses chuvosos, quando a atividade turística atinge seu ponto mais baixo.

Em algumas localidades, como em Praia do Forte, por exemplo, observa-se o que pode ser chamado de turismo sexual, que pode resultar em fluxo migratório internacional de mulheres, a partir de uniões maritais com turistas, que empreendem suas viagens com o objetivo de obter parceiras para levar de volta a seus países. É mais comum, entretanto, a busca de aventuras sexuais dos estrangeiros se limitar ao próprio local, através de relacionamentos passageiros com as nativas. De resto, este tipo de relacionamento provoca um impacto a mais sobre os padrões de comportamento e expectativas sexuais de homens e mulheres, o que para os homens locais pode criar dificuldades de obter parceiras no futuro.

As populações afetadas pelas mudanças introduzidas pelo desenvolvimento turístico pouco reagem a estes efeitos negativos, por causa das expectativas latentes de que o turismo traga melhorias para a vida local. Movimentos sociais, quando ocorrem, são geralmente organizados pelas Colônias de Pesca. Exceto em Praia do Forte, onde o movimento social organizado pelos residentes defende a manutenção dos seus direitos tradicionais de moradia e acesso aos recursos que foram retirados pela fundação privada que administra a área, a maioria das populações costeiras afetadas pelo turismo tem pouca organização política, sendo que, suas demandas relacionam-se a aspectos bastante práticos, voltados às condições de pesca e equipamentos (financiamento de barcos, motores navais, suprimento de gelo, etc.). É importante registrar que, grande parte das pessoas envolvidas no processo tem consciência que as decisões são tomadas fora da área, não lhes restando garantias de respeito aos seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual situação, o desenvolvimento turístico induzido representa uma das mais altas prioridades governamentais, isso nos leva a crer que em futuro bastante próximo toda o litoral norte estará incorporada a esta atividade. Neste sentido, é urgente e necessário que a abordagem dos planejadores e formuladores de políticas governamentais seja sensibilizada, de maneira a evitar intervenções impostas do topo para a base, que afetam

profundamente as populações envolvidas, sem que lhe seja dada voz na condução dos processos. O planejamento e elaboração de políticas públicas devem incluir a participação das populações locais, nas grandes decisões sobre a especialização turística da área, de maneira que possam escolher a forma como vão trilhar estes caminhos.

É necessário ainda, que seja considerado o desenvolvimento de recursos locais, inclusive de recursos humanos, através da educação global para a cidadania, o que inclui a educação profissionalizante, de tal maneira que as populações locais possam atender às demandas crescentes impostas pelo turismo, com o uso dos recursos, meios locais e investimentos induzidos, através das estratégias desenvolvidas em conjunto com os planejadores governamentais, sem que sofram quaisquer tipos de pressões ou sejam deslocadas dos sítios onde têm vivido e desenvolvido suas atividades há muitas gerações.

Acreditamos que só uma abordagem participativa poderá construir uma relação menos traumática entre o desenvolvimento turístico induzido e as expectativas e potenciais das populações locais, de modo a permitir a implantação do denominado “turismo sustentado”, preservando as peculiaridades das populações locais e suas identidades culturais, que, em grande parte, constituem um dos atrativos para o turismo. Desta forma, acreditamos ser necessário:

- 1º - o reconhecimento explícito pelos planejadores sociais e pelos governantes que as populações afetadas pelo turismo são populações deslocadas, devendo incluir em suas pautas de planejamento mecanismos que evitem qualquer tipo de deslocamento real ou mascarado, como resultado dos projetos de desenvolvimento turístico;
- 2º - o fortalecimento dos investimentos no capital humano local através de ações proativas, que venham a definir o perfil educacional adequado à demanda, expandir a oferta escolar e melhorar a qualidade das instituições educacionais; implantar ações preventivas e serviços de saúde adequados e ajustados às demandas; estimular e fortalecer a oferta de serviços e estabelecer indústrias locais de pequeno porte e de alta utilização de mão-de-obra. Entre outras, estas ações deverão permitir que as pessoas possam definir sua participação no desenvolvimento turístico induzido pelos poderes públicos, como

uma, entre outras prioridades no desenvolvimento social e econômico da área.

3º - identificação e encorajamento do desenvolvimento de modelos locais de participação, baseados nas necessidades expressas pelos grupos locais, que incluam representações dos habitantes tradicionais e representantes das populações recentemente atraídas pelas oportunidades de negócios.

Desta forma, a análise das relações entre os empreendimentos turísticos e as características culturais das populações locais, deverá constituir um dos aspectos de maior destaque quando considera os impactos sócio-econômicos e culturais desta atividade. Neste sentido, não se pode perder de vista que o turismo não deve ser pensado apenas para atender interesses econômicos de geração de riquezas, mas também para promover desenvolvimento social, guardando respeito pelas características culturais peculiares das populações envolvidas, que, freqüentemente, constitui um dos maiores atrativos para o turismo.

Entre os aspectos a serem analisados nas relações sócio-econômicas e culturais das diversas modalidades da atividade turística com as comunidades visitadas, encontram-se os impactos que se verificam entre os visitantes e os visitados/anfitriões, resultantes das diferenças que possam existir entre eles. Quando a atividade turística é um fator de mudança social, econômica e cultural, quanto maiores forem as diferenças existentes entre os visitantes e anfitriões, potencialmente maiores serão o estresse e o conflito, sendo menores quando os padrões de vida de ambos são semelhantes, pois, são reduzidas as diferenças sociais que potencialmente poderiam gerar estas situações.

Para que os ganhos econômicos do turismo possam beneficiar uma comunidade, é necessário um planejamento que preveja a participação dos representantes legítimos das comunidades. Em geral as populações locais são atraídas pela atividade turística pelas possibilidades de oferta de emprego, sendo a frustração destas expectativas um dos principais fatores na geração dos conflitos. Em locais nos quais as disparidades econômicas são muito marcadas ou que há frustração das expectativas iniciais, o estresse pode aflorar por causa da aparência dos turistas, porque podem ser concebidos como "ricos", "ociosos" etc. As dificuldades relacionais entre visitantes e anfitriões podem ser

ainda agravadas pela dificuldade de entendimento de posições e papéis sociais em cada cultura.

A implantação de projetos voltados para atendimento do turismo envolve não apenas a reestruturação espacial e redefinição do uso do solo de todas as regiões afetadas, como também a reordenação econômica e redefinição funcional, acompanhadas de transformações ambientais. As mudanças no modo de vida das populações são resultado da introdução de uma série de atividades destinadas a atender aos visitantes, gerando ocupação temporária que altera as relações sociais previamente estabelecidas, assim como resulta em alteração de valores e expectativas.

Esta redefinição econômica e espacial, ao tempo em que possibilita uma reestruturação social e cultural sobre novas bases, promove a desestruturação de formas anteriormente existentes, sobre as quais as comunidades locais se organizavam, fazendo emergir novos padrões e atores sociais, destinados a atender às novas demandas estabelecidas. Para se avaliar projetos de implantação e desenvolvimento de atividades turísticas, deve-se ter em mente que os impactos devem ser positivamente direcionados, de modo diminuir as perdas e aumentar os benefícios para as populações diretamente afetadas, evitando, a todo custo, que os deslocamentos sociais e choques culturais venham a constituir um fator de desagregação das culturas e organizações sociais locais.

BIBLIOGRAFIA

BAHIATURSA. 1992. Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia-PRODETUR/BA. Salvador: SEC-Bahiatursa.

CAROSO, Carlos. 1994. A Que Caminhos Levará a "Linha Verde"? O Presente e o Futuro das populações do Litoral Norte da Bahia. *Jornal do Litoral Norte*. Ano IV, No. 36. Abril de 1994.

CAROSO, C. & N. Rodrigues. "Nativos", Veranistas e Turistas: Identidades, Mudança e Deslocamento Sócio-Cultural no Litoral Norte da Bahia. *Revista Turismo em Análise*. São Paulo: ECA/USP, volume 9, julho de 1998.

GREENWOOD, David J. 1972. Tourism as an Agent of Change. *Ethnology*. 11(1):80-91

_____. 1977. Culture by the Pound: An Anthropological Perspective on Tourism as Cultural Commoditization. In, V.L. Smith, ed. 1977. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: The University of Pennsylvania Press.

KOTTAK, Conrad P. 1992. *Assault on Paradise: Social Change in a Brazilian Village*. 2nd. Ed. New York: McGraw Hill

LEA, John. 1993. *Tourism and Development in the Third World*. London: Routledge

MURPHY, H. B. M. Flight and Resettlement. Montreal, University of Quebec in Montreal, 1995.

OLIVER-SMITH, Anthony, F.J. Arrones and J.L. Arcal. 1989. "Tourist Development and the Struggle for Local Resource Control. *Human Organization*. No. 4. Vol. 48:345-351.

PECK, John G. and Alice S. Lepie. 1977. *Tourism and Development in Three North Carolina Coastal Towns*. In, V. L. Smith, ed. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: U. of Pennsylvania Press.

PI-SUNYER, Oriol. 1977. *Through Native Eyes: Tourists and Tourism in a Catalan Maritime Community*. In, V.L. Smith, ed. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

SHAW, Garret and Allan M. Williams. 1994. *Critical Issues in Tourism: A Geographical Perspective*. Oxford: Blackwell.

SMITH, Valeine L., ed. 1977. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

SMITH, Valeine L., ed. 1989. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Second Edition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

AUTORES

Núbia Rodrigues. Professora Assistente do Departamento de Antropologia, FFCH/UFBA. Doutoranda em Saúde Coletiva -ISC/UFBA. E-Mail: nubia@ufba.br.

Carlos Caroso. PhD. em Antropologia. Professor Adjunto do Departamento de Antropologia, FFCH/UFBA. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-ISC/UFBA. Pesquisador II-B do CNPq. E-Mail: caroso@ufba.br.

ⁱ O estudo de Konrad Kottak trata de uma das localidades costeiras a que nos referimos, considerando a mudança ocorrida em menos de duas décadas que separam o primeiro do segundo momento de sua análise.

ⁱⁱ A "Linha Verde" é a continuação da BA-099, rodovia costeira que interliga Salvador ao Estado de Sergipe.

ⁱⁱⁱ Constituem adições de cômodos feitas às casas já construídas, com a finalidade de acomodar as novas necessidades dos grupos domésticos, em geral pelo crescimento da família.